

Estudantes recorrem ao Supremo

A União Nacional dos Estudantes (UNE) deverá entrar hoje com recurso junto ao Supremo Tribunal Federal, argüindo a inconstitucionalidade do decreto 95.720, que instituiu o sistema de liberdade vigiada para as escolas particulares reajustarem as mensalidades. A UNE deu esta informação ontem, em Brasília, ao participar do 1º Encontro Nacional de Associação de País. Os doze representantes de Associações que participam do encontro também consideram inconstitucional o decreto 95.720, assinado pelo presidente José Sarney, em fevereiro de 88.

Luiz Fernando Bonfim, assessor jurídico da Associação de Pais e Alunos das Escolas Particulares de São Paulo, explicou que os decretos expedidos pelo Governo para regulamentar o reajuste das mensalidades, após 1969, são inconstitucionais. Isto porque não revogam o decreto-lei número 532/69, que dispõe sobre a fixação e o reajuste das anuidades escolares, taxas e demais contribuições. Este decreto passa a competência, que era da União, para "os conselhos estaduais de Educação e Conselho Federal de Educação (CFE) fixarem os reajustes.

Segundo este raciocínio, a determinação 532/69 continua a vigorar, "uma vez que decretos não podem acabar com decretos-leis", ressaltou Luiz Fernando. Pelo documento expedido em 1969, os conselhos estaduais e CFE são órgãos normativos e não têm função fiscalizadora, como estabelece o decreto 95.720.

Após a expedição do decreto-lei 532/69, aprovado com base no ato institucional número 5 (AI-5), a Presidência da República aprovou os seguintes decretos regulamentando a questão: 93.893/87, que resultou nas portarias 4 e 5 expedidas pelo Ministério da Educação, fixando em 35 por cento o reajuste das mensalidades; 93.911/87, regulamentando a composição das comissões de encargos educacionais, que passaram, então, a ser responsáveis pela fiscalização das escolas; e, 95.720, que instituiu o sistema de liberdade vigiada.

MOBILIZAÇÃO

Além de trabalhar pela declaração da inconstitucionalidade do 95.720, a UNE inicia, a partir da próxima segunda-feira, uma semana de mobilização, em todo o País, pela revogação do documento.

Já estão marcadas manifestações a serem realizadas no Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente nos próximos dias 22 e 23. O protesto que os estudantes pretendiam realizar ontem, em frente ao MEC, foi transferido para o dia 7 de abril, dia nacional de mobilização, quando ocorrerão atividades contrárias ao sistema de reajuste, em todo o território, informou o estudante Josemar Ganhão, durante a reunião das Associações de País.

A questão do aumento das mensalidades continua em discussão, hoje, entre as Associações de País, que vão entregar ao ministro da Educação, Hugo Napoleão, um documento com as conclusões do encontro. No próximo dia 23, o subsecretário-geral do MEC, Hélio Mattos, se reunirá com representantes do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino e da Fene (Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino).

Na próxima semana, o Conselho Federal de Educação (CFE) deverá enviar ao MEC um relatório das atividades no mês de fevereiro dos Conselhos Estaduais de Educação, responsáveis pela fiscalização das escolas com o intuito de evitar aumentos abusivos. Até o momento, segundo Hélio, o Ministério não recebeu denúncias formais de aumentos excessivos das mensalidades escolares.